

Projeto Mãos EmPENHAdas contra a Violência, do TJMS, será aplicado em SP

Iniciativa tem como objetivo capacitação de profissionais de beleza na identificação da violência doméstica

(Agência Patrícia Galvão, 17/04/2019)

O projeto Mãos EmPENHAdas contra a Violência, uma iniciativa da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, será implementado também no estado de São Paulo. No último dia 11 de abril, o Tribunal de Justiça de São Paulo, representado pelo juiz Mário Rubens Assumpção Filho, da Vara da Região Leste 3 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Fórum Regional de Itaquera/SP, e a promotora de Justiça Maria Gabriela Prado Manssur, do Ministério Público do Estado de São Paulo, estiveram no Salão Jacques Janine Morumbi para o primeiro encontro com profissionais paulistas.



[Visualizar esta foto no Instagram.](#)



Hoje dando início ao Projeto Mãos EnPENHADAs aqui em SP, nos salões do Jacques Janine. Iniciativa excelente da Juíza @jacquelmac do MS que, juntamente com o juiz @doutormarioassumpcaestamos estamos replicando por aqui. Muitas mulheres sofrem violência e os salões de cabeleireiros podem ser grandes aliados nessa luta. Muito Feliz.
#enpenhadas

Uma publicação compartilhada por [Gabriela Manssur \(@justicadesaia\)](#) em 11 de Abr, 2019 às 6:40 PDT

Esteve também presente no encontro a embaixadora do projeto em São Paulo, a modelo Jessica Aronis, que denunciou o ex-marido por violência doméstica.

Sobre o projeto Mãos EmPENHADAs

Lançado em 2017, o projeto tem como objetivo a capacitação de profissionais de beleza e estética para identificar sinais de violência contra as mulheres entre suas clientes e também conscientizar mulheres sobre diversos tipos de violência, desde as mais fáceis de serem identificadas, como a violência física e sexual, até as mais sutis, como violência psicológica, humilhação, controle financeiro e manifestações de machismo.

Orientados por especialistas em questões de gênero e violência, como

psicólogas e assistentes sociais, os profissionais recebem instruções sobre como identificar possíveis vítimas e também aprendem sobre a Lei Maria da Penha, procedimentos para a denúncia e quais caminhos seguir para que a mulher rompa o [ciclo de violência](#).

O projeto Mãos EmPENHAdas foi idealizado pela juíza Jaqueline Machado, titular da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMS, e desde seu lançamento já teve 9 edições, com 239 profissionais capacitados e cerca de 3.590 pessoas impactadas pela ação em Campo Grande/MS. Além de São Paulo, o projeto está também sendo replicado nas cidades de Teresina/PI e Santarém/PA.

Por Tainah Fernandes

TJMS homenageia os vencedores do 1º Prêmio de Jornalismo ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero

Uma solenidade diferente. Prestigiada por quem tem o poder de mudar opiniões, quem leva a informação para milhares de pessoas, nos mais longínquos locais de todo o país. Assim foi a cerimônia de entrega da premiação do 1º Prêmio de Jornalismo do Tribunal de Justiça de MS que teve a ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero.

[\(TJMS, 30/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Uma ação proposta pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, em parceria com a Secretaria de Comunicação, o certame premiou profissionais que se destacaram ao

cumprirem o papel de informar com qualidade, em um jornalismo sério e de grande relevância para o combate a todo tipo de violência.

- ☒ Com mais de 90 trabalhos inscritos, foram premiados 12 profissionais em seis categorias diferente e os prêmios foram assim distribuídos:
- FOTOJORNALISMO: Francisco Carlos Moreira e Marco Aurélio Miatelo Prado
 - IMPRESSO: Fernanda Letícia Silvino Palheta e Valéria Araújo
 - JORNALISMO ON LINE: Valdelice Bonifácio e Maria Cristina de Avelar Nunes
 - RADIOJORNALISMO: Natalia Moraes dos Santos e Lucas Mamédio do Nascimento Neto
 - TELEJORNALISMO: Maureen Matiello e Cláudia Malini Gaigher Bucker
 - UNIVERSITÁRIO: João Victor Ramos Estadulho e Jhayne Geovana Santos Lima.



Juíza Jacqueline Machado, titular da Coordenadoria da Mulher do TJMS, abre a cerimônia de entrega do Prêmio (Foto: Secretaria de Comunicação)

A juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher do TJMS, lembrou que a entrega dos prêmios foi realizada no encerramento da 12ª edição da Semana pela Paz em Casa, a fim de exortar a produção do conteúdo do jornalismo que contribui para a prevenção, o combate, eliminação das formas de manifestação de violências contra as mulheres.

Ela agradeceu o apoio do Des. Divoncir Schreiner Maran, presidente do TJMS, em todos os projetos desenvolvidos pela Coordenadoria e afirmou que o prêmio foi criado para reconhecer a importância dos meios de comunicação, dos profissionais no processo de construção da cultura de igualdade entre homens e mulheres, preconizada na Constituição Federal.

“Promovemos esse evento hoje pensando sim em uma mudança de cultura porque a violência contra a mulher é um fenômeno histórico, cultural, alicerçado na desigualdade de gênero, no machismo, no patriarcado, e é uma

violência que resulta na morte de uma mulher a cada duas horas, um estupro a cada 11 minutos, cinco espancamentos a cada dois minutos. Não é mais possível convivemos com esse nível de violência contra as mulheres”, garantiu.

Marisa Sanematsu falou em nome da comissão que avaliou os trabalhos inscritos. Jornalista há 35 anos, ela é a fundadora do Instituto Patrícia Galvão, uma organização que monitora a cobertura jornalística, há mais de 15 anos, de notícias publicadas com o tema violência contra as mulheres e igualdade de gênero.

Ela agradeceu o convite para participar da comissão, que teve a difícil tarefa de selecionar os vencedores entre tantos materiais de qualidade. Marisa cumprimentou a iniciativa do TJMS de valorizar o jornalismo que cumpre seu papel social, ao contribuir para a promoção da igualdade de gênero e eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres.

“O Ibope divulgou nesta quarta uma pesquisa mostrando que 66% da população brasileira considera que os portais noticiosos, a imprensa, ainda são as fontes mais confiáveis de informação. Esse dado torna maior a responsabilidade do jornalismo, em tempos de fake news, distorções e mentiras que são veiculadas pelos meios de comunicação, pelas redes sociais”, disse.

Ela citou que a imprensa é chamada de quarto poder e ressaltou que esse poder deve ser utilizado com ética e responsabilidade. “A cobertura da vida das mulheres sem violência e igualdade avançou muito, mas a maioria dessa cobertura hoje ainda é preconceituosa, reforçadoras das violências e culpa as mulheres pela violência sofrida. Ao mesmo tempo, está-se abrindo espaço para as vozes e demandas das mulheres. A imprensa sul-mato-grossense tem muitos exemplos para mostrar e essa iniciativa é prova disso. Vamos premiar e aplaudir 12 exemplos excelentes da qualidade do jornalismo no MS e esses trabalhos são exemplo do que a imprensa pode fazer para contribuir para o enfrentamento à violação dos direitos das mulheres e promoção da igualdade”.



A jornalista Sissy Hiraga Cambuim, assessora de comunicação da OAB/MT, entrega o prêmio a Valéria Araújo, segunda colocada na categoria Jornalismo Impresso (Foto: Secretaria de Comunicação)

A jornalista Valéria Araújo, segunda colocada na categoria Jornalismo Impresso, integra a equipe do jornal O Progresso de Dourados e confessou que o prêmio é resultado do trabalho e das informações dadas pelas fontes. Ela citou o juiz Alessandro Leite Pereira, da 4ª Vara Criminal de Dourados, de quem recebeu informações importantes que enriqueceram a texto e, com certeza, ajudaram muitas mulheres a esclarecer dúvidas sobre violência.

“Eu não fiz essa matéria sozinha, contei com boas fontes. E a matéria só alcançou o sucesso que teve graças às informações que obtive no Fórum. O prêmio é do jornal O Progresso, mas é o Tribunal de Justiça que está de parabéns, porque tudo o que fiz foi divulgar as ações do TJMS e a matéria teve esse objetivo: de mostrar o TJ como apoio às mulheres vítimas de violência. Sinto-me honrada e muito feliz com a premiação e confesso que me apaixonei pelas ações do Tribunal de Justiça. Com certeza, esse prêmio nos incentiva a escrever mais sobre o tema”, afirmou a ganhadora.

Maureen Matiello, a primeira colocada na categoria Telejornalismo, estava muito feliz e contou que ao saber da premiação se deu conta da importância do certame, pois seu nome passará a integrar a história do Poder Judiciário de MS como vencedora do 1º Prêmio de Jornalismo do TJMS e isso é um incentivo na carreira.

Porém, para ela o mais importante foi o tema. “Muito difícil, nos dias atuais, discutir a violência que atinge as mulheres. Achei sensacional o primeiro prêmio do TJMS ter trazido esse tema. A primeira coisa que se pensa nesses casos é a punição, mas como evitar? e esse foi o gancho da matéria. Partimos de um programa da Coordenadoria da Mulher para trabalhar a prevenção. Como o agressor vai deixar de agredir só estando preso? E quando sair? A justiça tem o papel também de trabalhar a reinserção social. Abordamos o projeto de vocês de trabalhar a mudança comportamental, cultural, de mostrar para esses homens que isso não está certo”.

Veja também: [TV Morena é premiada no 1º Prêmio de Jornalismo do TJMS \(Globo.com - 01/12/2018\)](#)

Compuseram a comissão avaliadora o Diretor da Secretaria de Comunicação do TJMS, Carlos Alberto Kuntzel; o juiz Jessé Cruciol Jr, colaborador da Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMS; Sissy Hiraga Cambuim, jornalista e assessora de Comunicação da OAB/MT; Marisa Yoshie Sanematsu, jornalista e editora da Agência Patrícia Galvão e do portal Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha.

Os prêmios foram entregues pelos integrantes da comissão, pela juíza Jacqueline Machado e pelo Des. Ruy Celso Barbosa Florence, o primeiro a responder pela Coordenadoria da Mulher quando esta foi criada. Os juízes Alessandro Leite Pereira e Waldir Marques prestigiaram a cerimônia.

Exposição - A solenidade de entrega de prêmios foi realizada no plenário do Tribunal Pleno, no Palácio da Justiça, e no saguão os convidados e ganhadores puderam apreciar uma exposição de fotografias do projeto Lugar de Mulher.

A proposta foi desenvolvida durante todo o ano com 23 alunos (20 meninas e três meninos), de 15 a 17, na Escola Estadual Lino Villachá, no bairro Nova Lima, para estimular estudantes na área de exatas.



O público presente à entrega do Prêmio teve oportunidade de ver a exposição de fotografias do projeto Lugar de Mulher (Foto: Secretaria de Comunicação)

A ideia dos professores Guilherme Toyhara e Francielle Cristina dos Santos Pereira, ele de química e ela de matemática, foi estimular nas meninas um olhar diferenciado para o outro e para si mesmo, já que as referências femininas em locais de periferia são poucas.

“Essas meninas não se enxergavam onde poderiam estar nem que são bonitas como são. Então, antes das aulas de fotografia, aprendiam suas propriedades,

ângulos, por exemplo, nas aulas de física, química, biologia e matemática. Começamos em maio e os avanços já podem ser notados, pois elas se sentem mais confortáveis para compartilhar suas questões no grupo e apreciam se fotografar em suas formas autênticas”, explicou o professor.

Guilherme aponta que o projeto surgiu depois que os professores perceberam que, apesar de as meninas serem ótimas alunas nas disciplinas citadas, poucas mostravam interesse em seguir carreira na área de exatas e a desmotivação parecia cultural.

“A fotografia foi a melhor forma que encontramos para mostrar que lugar de mulher é onde ela quiser estar. Nosso projeto foi escolhido em âmbito nacional pelo edital Elas nas Exatas, promovido pelo Instituto Unibanco, Fundação Carlos Chagas, ONU Mulher, entre outros antes mesmo de ser executado. Estamos muito felizes com os resultados e o Tribunal de Justiça é o primeiro a receber nossa exposição”, concluiu.

Autor da notícia: Secretaria de Comunicação - imprensa@tjms.jus.br

1º Prêmio TJMS de Jornalismo - ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero - Inscrições até 31/08/2018

Prêmio de Jornalismo do TJMS abordará violência contra a mulher

[\(TJMS, 21/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Lançado oficialmente durante o Simpósio Regional Violência de Gênero, o 1º Prêmio de Jornalismo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul terá em sua primeira edição a ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero.

O concurso distribuirá R\$ 30 mil em prêmios nas categorias Telejornalismo, Jornalismo Impresso, Jornalismo Online, Radiojornalismo, Fotojornalismo e Universitário. A solenidade de premiação será em novembro, durante a 11ª Semana da Justiça pela Paz em Casa.

Para participar, o profissional ou acadêmico da área de Comunicação Social deverá inscrever, no site do TJMS, trabalhos inéditos e publicados de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2018. O edital e o regulamento do concurso, assim como a ficha de inscrição, estão disponíveis no link <https://www.tjms.jus.br/premiojornalístico/>.



1º Prêmio TJMS de Jornalismo

ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero



**inscrições até
31 de agosto de 2018**

**Mais informações acesse:
www.tjms.jus.br/premiojornalístico**

Prêmios em dinheiro para 1º e 2º colocados

Reportagens publicadas de janeiro a agosto de 2018

Vamos premiar os melhores conteúdos sobre o tema em jornal, revista, online, rádio, TV e ainda: fotojornalismo e universitário

INSCREVA-SE JÁ! PARTICIPE!



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
MOTOR APICARÃO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO**

Os trabalhos devem contemplar os seguintes temas: O fenômeno da violência contra a mulher em MS; As contribuições do feminismo na sociedade contemporânea; A participação da mulher nos espaços de poder; A

persistência da violência contra a mulher, causas e efeitos.

O diretor da Secretaria de Comunicação do Tribunal de Justiça, Carlos Kuntzel, acredita que o prêmio mostrará belíssimos trabalhos de profissionais de MS como contribuição para a efetiva construção da igualdade de gênero.

“Os profissionais de Comunicação desempenham importante papel na construção de pensamento e opinião da população ao retratar a sociedade, pautar discussões e divulgar as ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Mulher em sua luta diária, que é o combate à violência de gênero. Tenho certeza que os resultados serão excelentes”.

A juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher e pela primeira Vara de Medidas Protetivas do país, lembrou a relevância da imprensa na produção de conteúdo jornalístico que contribua para a discussão, reflexões e combate a todo tipo de violência contra a mulher.

“Os profissionais de jornalismo são extremamente importantes no processo de construção da cultura de igualdade entre os gêneros e para a erradicação da violência contra as mulheres”, ressaltou a juíza.

Entre os objetivos do certame estão a produção de conteúdo jornalístico que contribua para a prevenção, o combate e a eliminação de todas as formas de manifestação de violência contra as mulheres; proteção, valorização e promoção dos direitos das mulheres; além de promover reflexões para a desconstrução da cultura de violência contra as mulheres.

Com o prêmio será possível também incentivar discussões e reflexões sobre estereótipos, masculinidades, leis, linguagem, mídia e objetificação da mulher, que reforçam a desigualdade de gênero; estimular a produção de conteúdo jornalístico que contribua para a politização da sociedade, no que se refere à construção da igualdade de gênero; e valorizar as iniciativas no jornalismo sul-mato-grossense que contribuam para o entendimento da violência de gênero como um problema estrutural das desigualdades sociais e econômicas.

Serão aceitas somente inscrições de trabalhos inéditos, veiculados no período de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2018, em meios de comunicação

reconhecidos em Mato Grosso do Sul - vedada a participação de pessoas jurídicas públicas ou privadas.

Uma comissão será designada para dirimir dúvidas e outras questões do certame, podendo, inclusive, decidir pela não outorga do prêmio a uma ou mais categorias se concluir que os trabalhos concorrentes não cumprem os requisitos do concurso.

Os trabalhos inscritos serão avaliados pela adequação ao tema proposto, linguagem, coerência editorial, originalidade, utilidade social e fontes consultadas. Os vencedores receberão prêmio em dinheiro.

Os valores serão assim distribuídos: R\$ 3.500,00 para o primeiro colocado e R\$ 2.000,00 para o segundo para as categorias Telejornalismo, Jornalismo impresso, Jornalismo Online, Radiojornalismo e Fotojornalismo. Os vencedores da categoria Universitário receberão R\$ 1.500,00 e R\$ 1.000,00, respectivamente.

2ª Caminhada Pela Paz da Campanha Mulher Brasileira: Todos emPENHAdos contra a violência - Campo Grande/MS, 28/04/2017

Com o intuito de levar informação acerca da complexidade do cenário atual da violência contra as mulheres e dar maior visibilidade às questões relativas aos direitos humanos da Mulher, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica, idealizou a 2ª Caminhada Pela Paz - Mulher Brasileira -

Todos emPENHAdos contra a violência. O evento será realizado no dia 28 de abril, às 16h, no centro de Campo Grande-MS.

A iniciativa faz parte da Campanha Mulher Brasileira em 1º lugar, projeto inédito no Brasil, que objetiva reforçar as estratégias no combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, por meio de ações e projetos que sensibilizem a sociedade para uma necessária construção de uma cultura de paz, igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. A ação foi desenvolvida em consonância à Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa, movimento idealizado pela Ministra do STF Cármen Lúcia.

Serviço:

2ª Caminhada Pela Paz - Mulher Brasileira - Todos emPENHAdos contra a violência

Data: 28/04/2017, com saída às 16h

Trajetos: saída do Fórum Heitor Medeiros, na Rua da Paz, nº 14, até o Centro integrado de Justiça (CIJUS), na Av. Calógeras esquina com Rua 7 de Setembro e 26 de Agosto, Centro, Campo Grande-MS.

Mais informações, no cartaz:



**Acolhimento de qualidade
estimula denúncia, avaliam**

profissionais da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande

(Portal Compromisso e Atitude, 22/02/2016) Equipamento registrou mais de 11 mil atendimentos no primeiro ano de funcionamento

A primeira Casa da Mulher Brasileira inaugurada no Brasil, em Campo Grande (MS), completou um ano de funcionamento registrando números expressivos de atendimentos e sendo comemorada pelos profissionais que atuam no equipamento: foram 11.070 mulheres atendidas entre os diferentes serviços que compõem a Casa.

Para os operadores do direito e servidores, o percurso, após um ano, acumula um saldo positivo, uma vez que os números comprovam que a existência de um serviço de qualidade, aliada à divulgação dos direitos das mulheres em situação de violência, contribuiu para o aumento da denúncia e da procura pelo Estado. Com isso, a resposta ágil da Justiça e as ações de empoderamento oferecidas na Casa são outro ponto fundamental para efetivamente romper o ciclo de violência.

“A Casa mostra que, quando o Estado se organiza e dá condições, as mulheres denunciam a situação de violência e buscam apoio. Ainda, que é possível fazer uma política com todos os poderes, construindo uma parceria, para que de fato a mulher tenha um atendimento integral, humanizado, acolhedor, eficiente e eficaz”, destaca a secretária de Enfrentamento à Violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Aparecida Gonçalves.

A Secretária Municipal de Política para as Mulheres de Campo Grande e Gestora Administrativa da Casa, Leide Pedroso, destaca que a instalação da Casa da Mulher Brasileira é fruto de anos de luta e manifestações, “um instrumento de extrema importância no enfrentamento à violência contra as mulheres”, segundo ela. “Este primeiro ano foi um grande desafio para todos nós, por ser um serviço pioneiro no país, mas conseguimos alcançar todos os objetivos traçados. Conseguimos atender essas mulheres de forma humanizada e acolhedora e vamos continuar trabalhando para diminuir cada

vez os índices de violência e quebrar este ciclo”, completa a Secretária.

Veja também: [Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande implementa comunicação integrada para evitar repetição do relato da violência sofrida](#)

Inaugurada em fevereiro de 2015, por ser a primeira Casa da Mulher Brasileira do País, coube aos profissionais que atuam em Campo Grande o desafio de traduzir a humanização dos serviços em prática nas dezenas de atendimentos diários - o que demandou a integração entre diferentes órgãos e esferas de governo e a readequação de práticas setoriais: município, Estado e governo federal; serviços públicos de segurança, justiça, atendimento psicossocial e orientação para trabalho, emprego e geração de renda que atuam na Casa, criando um fluxo de atendimento e aplicando protocolos específicos para garantir o atendimento qualificado das mulheres em situação de violência.

Saiba mais: [Prefeitura implanta programa liberta mulheres na Casa da Mulher Brasileira](#)

“Todos os Órgão e Serviços da Casa buscam, de forma integrada, oferecer os serviços especializados, no mesmo espaço público, para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres. Isso evita que essas percorram uma via crucis e, dessa forma, desistam do processo ou mesmo sejam revitimizadas por terem que detalhar repetidamente sua história, em busca de atendimento pelo Estado”, frisa Eloisa Castro Berro, coordenadora da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande pela Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres.

Agilidade nas medidas protetivas

Um exemplo dos bons resultados alcançados foi a instalação dentro da Casa da Mulher Brasileira da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Campo Grande, a primeira especializada no deferimento e expedição de medidas protetivas de urgência no país. A Vara permitiu agilizar o procedimento, hoje feito em até 24 horas. “Isso acontece porque a vara está instalada próximo à Delegacia da Mulher e o juiz trabalha exclusivamente para avaliar as medidas protetivas”, destaca o desembargador Ruy Celso Florence, que

esteve à frente da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul durante o primeiro ano de funcionamento da Casa.

Como resultado, foram expedidas 2.444 medidas protetivas entre 2015 e 2016. “Isso significa que houve proteção para as mulheres, inclusive que evitamos homicídios. Também mostra que as mulheres estão acreditando e procurando mais os serviços”, comemora o desembargador.

O magistrado destaca ainda que o atendimento feito na Casa refletiu em todo o Sistema de Justiça na região. Com a exclusividade para expedição das medidas protetivas na Casa, as outras varas de violência doméstica de Campo Grande ganharam um reforço para lidar com a demanda, podendo ampliar a dedicação aos processos e julgamentos dos crimes relativos à Lei Maria da Penha.

Romper o ciclo nos primeiros sinais de violência

Na percepção da defensora pública e coordenadora Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência de Gênero (Nudem) da Defensoria sul-mato-grossense, Grazielle Carra Dias Ocáriz, com a inauguração da Casa, a divulgação sobre a rede de serviços e sobre os direitos das mulheres em situação de violência melhorou no Mato Grosso do Sul - o que gerou um estímulo para as mulheres denunciarem mais.

“Às vezes, a mulher não espera que aconteça um crime tido como ‘mais grave’ para procurar ajuda, ela já vem no momento de ameaça e da injúria, por conta dessa divulgação que vem sendo realizada. Isso é muito benéfico e atende a um dos objetivos da Lei Maria da Penha e da própria Casa: romper o ciclo da violência o mais breve possível”, destaca.

A Defensoria Pública atendeu 2.200 mulheres em um ano de atuação na Casa. “As mulheres que nos procuram para registrar a ocorrência, já recebem a orientação sobre quais ações precisam para romper o ciclo de violência. Sabemos que o sistema criminal é a porta de entrada, mas às vezes precisamos de outras medidas. Então, ela é orientada sobre os direitos e vai refletir que existe a possibilidade de sair daquela situação. Damos

orientações, fazemos os encaminhamentos para aquelas que têm filhos pequenos e precisam de uma vaga na creche para poder trabalhar. A gente tem o cuidado de informar a mulher para que ela possa decidir o que deseja”, detalha.

Além da divulgação feita sobre a Casa da Mulher Brasileira, a defensora também credita a procura maior das mulheres às ações realizadas pela equipe do Nudem, que tem desenvolvido projetos de palestras em escolas e universidades numa ação permanente de diálogo para trazer as mulheres aos serviços. “Nós temos verificado no atendimento das mulheres que elas têm se empoderado dos seus direitos e estão conseguindo romper o ciclo da violência”, comemora a defensora pública.

Números representam encorajamento das mulheres

Considerada uma das principais portas de entrada para os serviços, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), realizou 8.595 Boletins de Ocorrência em casos de violência contra as mulheres, que envolvem violência doméstica, sexual, verbal ou psicológica - o que resultou em 922 prisões neste primeiro ano de atuação da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande.

Para a delegada Marília de Brito, responsável pela DEAM que funciona dentro da Casa, esses números representam o encorajamento da mulher em denunciar a situação de violência em que vivem. Em sentido semelhante à avaliação da Defensoria Pública, a delegada destaca que as mulheres têm procurado à DEAM antes de sofrerem agressão física. “Antigamente nós registrávamos mais ocorrências de lesões corporais, hoje verificamos que os registros se referem mais a ameaças e injúria que, pelo nosso conhecimento sobre o ciclo da violência, são delitos que costumam anteceder uma violência física”, explica.

A DEAM instalada na Casa possui horário de atendimento estendido, 24 horas, o que, segundo delegada é outro fator fundamental para estimular a denúncia e dar a agilidade necessária nos processos. “O governo do Estado implantou o plantão 24 horas, portanto, o trabalho que antes era dividido em 8 horas diárias, hoje é estendido para o dia todo, sábado, domingo e feriados

de forma ininterrupta”, frisa.

Um ano de Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande
Create your own infographics

Atuação conjunta é fundamental

A atuação conjunta é outro fator preponderante para a melhora do atendimento pelo Estado por meio da Casa da Mulher Brasileira. “Nós temos aqui uma grande proximidade com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e um setor psicossocial dentro da Casa - tudo isso contribuí para desempenharmos os trabalhos da DEAM”, ressalta a delegada Marília de Brito.

A integração entre os setores também é apontada pela promotora especial do Ministério Público que atua dentro da Casa da Mulher Brasileira, Luciana Rabelo, como um dos pilares para a qualidade no serviço que tem se traduzido na grande procura pelas mulheres.

Nesse sentido, a promotora aponta que o sucesso do primeiro ano da Casa da Mulher Brasileira não se deve apenas ao grande número de atendimentos, processos e medidas protetivas deferidas, mas principalmente a qualidade desses atendimentos - o que resulta em mais confiança.

A Promotoria realizou 446 atendimentos na Casas em um ano, incluindo aqueles provenientes da Central de Atendimento Ligue 180. Os números, para a promotora, são significativos, e revelam também o resultado de um trabalho realizado há cerca de dez anos sobre a importância de quebrar o silêncio sobre a violência sofrida como o primeiro passo para romper o ciclo. “As mulheres têm hoje mais confiança no poder público e acreditam que suas denúncias serão tratadas com seriedade e levadas a diante”, afirma a promotora Luciana Rabelo.

*Por Géssica Brandino e Tainah Fernandes
Portal Compromisso e Atitude*

Acesse no site de origem: [Acolhimento de qualidade estimula denúncia, avaliam profissionais da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande \(Portal](#)

Compromisso e Atitude, 22/02/2016)